

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR – ETP

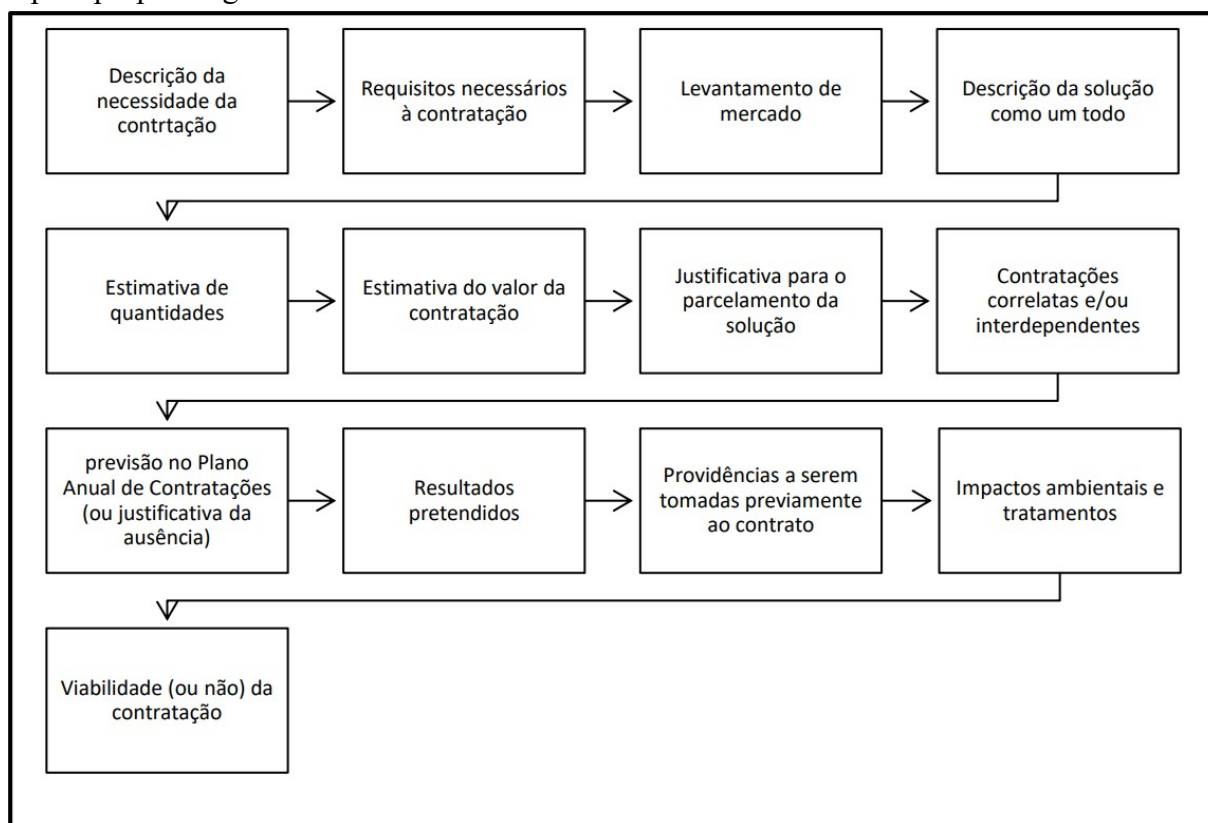
OBJETO: FORNECIMENTO, CARGA, TRANSPORTE E DESCARGA, POR SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS – SRP, DE PERFIS ESTRUTURAIS METÁLICOS E CHAPAS METÁLICAS PARA PONTE SOBRE O RIO MARITUBA, LOCALIZADA NA ÁREA DE PROTEÇÃO AMBIENTAL DA MARITUBA DO PEIXE, ENTRE OS MUNICÍPIOS DE FELIZ DESERTO E PENEDO, NO ESTADO DE ALAGOAS.

SUMÁRIO

1.	Contextualização	3
2.	Objetivo	3
3.	Interesse público	4
4.	Descrição da Necessidade de Contratação	4
5.	Requisitos necessários à solução	5
6.	Levantamento de mercado	5
7.	Descrição da solução	5
8.	Estimativa das quantidades	5
9.	Pesquisa de preços	6
10.	Estimativa do valor da contratação	6
11.	Justificativas para o parcelamento ou não da solução	6
12.	Contratações correlatas ou interdependentes	6
13.	Previsão no Plano Anual de Contratações ou justificativa para a ausência de previsão	6
14.	Resultados pretendidos	6
15.	Providências a serem tomadas previamente ao contrato	7
16.	Impactos ambientais e tratamento	7
17.	Viabilidade da contratação	7

O Estudo Técnico Preliminar – ETP é uma ferramenta de gestão que possibilitará a criação do documento constitutivo da primeira etapa do planejamento de uma contratação, analisando a viabilidade técnica, socioeconômica e ambiental para se realizar uma contratação. O presente ETP foi elaborado de acordo com a Instrução Normativa nº 40, de 22 de maio de 2020 (ETP digital).

A elaboração do ETP busca aprofundar o conhecimento sobre o problema a ser resolvido para que então seja definida a solução mais adequada às necessidades da administração, considerando o interesse público, os objetivos estratégicos da instituição, as opções do mercado, que pode ser a contratação de um serviço, a aquisição de um bem, a realização de uma obra, ou, até mesmo a execução direta do objeto pelo próprio órgão/entidade.



Etapas do ETP.

1. Contextualização

A Codevasf é uma empresa pública dependente, com capital 100% da União, que transforma a realidade das pessoas, com foco na melhoria dos três pilares da sustentabilidade: social, econômico e ambiental. A empresa atua com base na capacidade técnica de seu quadro de trabalho, alicerçada nas expertises e experiências adquiridas ao longo da nossa história, ou mediante parcerias com instituições públicas ou organizações privadas da sociedade civil de bacias hidrográficas, segurança hídrica e economia sustentável promovendo o desenvolvimento regional em regiões de baixo poder econômico e distribuição de renda.

Tem como missão institucional “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, norteada pelos objetivos fundamentais da República federativa do Brasil previstos na Carta Magna, em especial, o de erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais (art. 3º, inciso III).

Para atingir a sua missão, a empresa desenvolve, por meio de execução direta ou mediante parcerias firmadas com diferentes entes federativos, iniciativas materializadas na forma de obras e ações.

2. Objetivo

O Estudo Técnico Preliminar - ETP, previsto no Decreto nº 10.024/2019, propõe-se a efetuar procedimento de planejamento, retratado por documento, para contratação de objeto resultado de análise e avaliação calcadas nas necessidades ou problemas apresentados, no interesse público e na melhor solução proposta. Quando a hipótese é de viabilidade de contratação, tal estudo afigura-se como o alicerce ou fundamento técnico-legal e pressuposto para elaboração do Termo de Referência.

Esse Estudo Técnico Preliminar tem por objetivo subsidiar a licitação para fornecimento, carga, transporte e descarga, por sistema de registro de preços – SRP, de perfis estruturais metálicos e chapas metálicas para ponte sobre o rio Marituba, localizada na área de proteção ambiental da Marituba do peixe, entre os municípios de Feliz Deserto e Penedo, no estado de Alagoas.

3. Interesse público

De acordo com as Diretrizes da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) e da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano (PNDU), coordenadas pelo Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional, a Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf) utiliza linhas de ações que visam o desenvolvimento local e regional, identificação das potencialidades locais e impulsionamento do desenvolvimento social e econômico da região.

As políticas públicas de promoção de infraestrutura urbana e de promoção do desenvolvimento regional e produtivo devem atuar de forma articulada, visando proporcionar uma melhor qualidade de vida à população, por meio das transformações estruturais e da integridade das economias regionais.

Muitos municípios na área de atuação da Codevasf enfrentam desafios significativos devido à carência ou má qualidade da infraestrutura urbana existente. Nesse contexto, a contratação de elementos estruturais para a continuidade da execução da ponte sobre o Rio Marituba é essencial. Essa contratação viabiliza a materialização de metas que são fundamentais para o aprimoramento da infraestrutura viária regional.

Este investimento público é sustentado pelos princípios de eficiência e economicidade, promovendo impactos positivos significativos para os municípios diretamente beneficiados. Além disso, contribui para o desenvolvimento regional de forma ampla, fortalecendo a integração territorial, impulsionando a economia local e melhorando as condições de vida das populações atendidas.

4. Descrição da Necessidade de Contratação

A Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Codevasf tem como missão “Desenvolver bacias hidrográficas de forma integrada e sustentável, contribuindo para a redução das desigualdades regionais”, sendo uma organização que transforma a realidade das regiões onde atua, com foco na melhoria das condições sociais, econômicas e ambientais.

A Codevasf passou nos últimos anos por uma ampliação considerável na sua área de atuação, estando presente em 36,6% do território nacional, abrangendo 2.675 municípios, distribuídos em 15 estados e o Distrito Federal.



Além da ampliação da sua área de atuação, a Codevasf vem recebendo aportes financeiros oriundos de emendas parlamentares. Parte dessas emendas se destinam às obras de infraestrutura a serem executadas em municípios espalhados na ampla região de atuação da Codevasf.

Considerando que os municípios na sua área de atuação sofrem com a falta de infraestrutura urbana ou com a má qualidade da infraestrutura urbana existente.

Considerando que a Codevasf não dispõe, em seu quadro funcional, de pessoal específico para a execução rotineira dos serviços descritos.

Considerando que a contratação constitui uma alternativa eficiente e eficaz para a Codevasf, na sua missão de atuar com base em planos de desenvolvimento regional e local, beneficiando a população nas áreas de sua atuação.

Faz-se necessária a contratação para fornecimento, carga, transporte e descarga, por sistema de registro de preços – SRP, de perfis estruturais metálicos e chapas metálicas para ponte sobre o rio Marituba, localizada na área de proteção ambiental da Marituba do peixe, entre os municípios de Feliz Deserto e Penedo, no estado de Alagoas, prezando pela economicidade dos investimentos, o beneficiamento da população atendida e do seu desenvolvimento, proporcionando melhorias nas condições de locomoção das pessoas e dos veículos.

5. Requisitos necessários à solução

A adoção do Pregão Eletrônico em Sistema de Registro de Preços é necessária e suficiente à escolha da solução proposta, visto que amplia a eficiência na contratação, a competitividade entre os licitantes, assegura o tratamento isonômico, busca maior simplificação, celeridade, transparência e eficiência nos procedimentos para dispêndio de recursos públicos com a seleção da proposta mais vantajosa para a administração pública.

Quando da contratação da empresa para os fornecimentos, a mesma deverá garantir a qualidade ou o desempenho (performance) do material, devendo cumprir as especificações técnicas conforme o termo de referência.

Os requisitos mínimos são definidos como adequados à garantia do bom desempenho dos elementos estruturais. O fornecedor fica obrigado a garantir o funcionamento pleno de todos os componentes fornecidos, sendo este um requisito indispensável à contratação.

6. Levantamento de mercado

Após a definição do objeto e dos requisitos da contratação, foi realizado o levantamento de mercado. Diante das necessidades apontadas neste estudo, o atendimento à solução exige a contratação de empresas cujo o ramo de atividade seja compatível com o objeto pretendido.

Dentre as alternativas de elementos estruturais existentes no mercado, foram selecionados para a licitação os que mais se enquadram nas necessidades da Administração em termos de desempenho, qualidade, custo-benefício, quantidade de fornecedores, em face da eficiência, não se observando tecnologias ou inovações que melhor atendessem à solução proposta.

7. Descrição da solução

A contratação visa auxiliar a Codevasf a executar a constante alocação de recursos oriundos de emendas parlamentares para obras de infraestrutura.

Verifica-se que as demandas podem ser atendidas com a utilização da solução abaixo discriminada:

- Fornecimento, carga, transporte e descarga de perfis estruturais metálicos e chapas metálicas para ponte;

8. Estimativa das quantidades

Para o presente ETP foram estimados os quantitativos de um grupo contendo os itens abaixo descritos:

GRUPO 1	ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE	QUANTIDADE
	1	PERFIL H (A-572/G50) HP310X79,0 12M	Kg	132.720,00
	2	PERFIL H (A-572/G50) HP310X125,0 12M	Kg	75.000,00
	3	CHAPA LISA (LQ/ A36) 6,30X1500X6000MM	Kg	454,00

9. Pesquisa de preços

A pesquisa de preços visando a obtenção dos valores máximos estimados para a licitação é realizada de acordo com os normativos vigentes:

- Regimento Interno da Codevasf;
- Instrução Normativa nº 65/2021 – SEGES/ME;
- Norma de Pesquisa e Definição dos Preços de Referência para Licitações de Bens e Serviços (N-440), Resolução 550 da Codevasf de 09/08/2023.

10. Estimativa do valor da contratação

A estimativa do valor da contratação foi obtida junto a fornecedores do mercado e constantes no Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – SINAPI (10/2024).

Conforme estimativa preliminar de preços, o valor total para a contratação será de **R\$ 2.518.781,84** (dois milhões e quinhentos e dezoito mil e setecentos e oitenta e um reais e oitenta e quatro centavos).

11. Justificativas para o parcelamento ou não da solução

Quanto à viabilidade econômica de dividir a solução, não há efetividade, pois a concentração favorece um menor custo da fabricação, proporcionando menores preços na medida em que se compra melhor, com o fornecedor diminuindo custos indenizatórios na desmobilização de pessoal e de manutenção e/ou locação de equipamentos, além de estocagem e aquisição em maior escala de matéria prima, refletindo nos valores finais dos produtos.

Além disso, o agrupamento dos itens se justifica devido à complementariedade e interdependência destes quanto à sua aplicação nos processos executivos aos quais se destinam.

12. Contratações correlatas ou interdependentes

Esta é uma contratação interdependente, que pode ser utilizada por outras unidades da Codevasf, via adesão à Ata de Registro de Preço. Contudo, inicialmente o objeto é voltado ao atendimento de municípios da área de atuação da empresa no estado de Alagoas.

13. Previsão no Plano Anual de Contratações ou justificativa para a ausência de previsão

Tendo em vista que os recursos utilizados para a execução dos serviços de pavimentação são oriundos de emendas parlamentares, não é possível prever no Plano Anual de Contratações.

14. Resultados pretendidos

Entre os resultados diretos e indiretos que a Codevasf almeja com a contratação estão:

- Geração de emprego e renda;
- Estimular a economia local, com melhores vias de acesso;

- Melhorar nos índices locais de qualidade de vida da população dos municípios beneficiados;
- Promover a melhoria da infraestrutura urbana das áreas contempladas pelos serviços;
- Propiciar à população atendida acesso à infraestrutura básica e ao desenvolvimento regional sustentável.

15. Providências a serem tomadas previamente ao contrato

Previamente à celebração do contrato, não serão necessárias adaptações no ambiente da empresa, como espaços físicos, estrutura organizacional, sistema de informação, processos de trabalho, nem obtenção de licenças, outorgas ou autorizações.

É necessário para fins de emissão da Ordem de Fornecimento que a empresa contratada tenha apresentado a Garantia de Execução do Contrato, prevista em Edital e seus anexos.

Atendimento às exigências técnicas, que são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Por fim, designação de Servidor da Codevasf, com formação e competência para acompanhar e fiscalizar a execução contratual, cabendo à Codevasf proporcionar meios físicos e humanos como diárias para viagens e hospedagem, computador, Internet, telefonia, veículos, apoio técnico, jurídico, ambiental, contábil, financeiro, entre outros, das Unidades Administrativas e Técnicas que compõe a Codevasf e que respondem solidariamente na execução, fiscalização e apoio ao Gestor do Instrumento.

16. Impactos ambientais e tratamento

Dada a natureza do objeto que se pretende adquirir, não se verifica impactos ambientais relevantes, sendo necessário tão somente que a licitante atenda aos critérios contidos na Instrução Normativa nº 1 de 2010 do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, que estabeleceu critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, contratação de serviços ou obras na Administração Pública Federal.

17. Viabilidade da contratação

Ante o exposto, conclui-se pela viabilidade da solução indicada no presente Estudo utilizando o Sistema de Registro de Preços, salvo melhor juízo.

RESPONSÁVEL PELAS INFORMAÇÕES:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

Isabela Beatriz Macedo dos Santos

Analista em Desenvolvimento Regional

Chefe da 5ª/GRD/UEP – CODEVASF – 5ª/SR

DE ACORDO:

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Paulo Leão Lessa

Analista em Desenvolvimento Regional

Gerente Regional de Infraestrutura

5ª/GRD - CODEVASF - 5ª/SR

HOMOLOGA:



Ministério da Integração e do Desenvolvimento Regional - MIDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
Área de Desenvolvimento Integrado e Infraestrutura

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

João Paulo Tavares Pacheco

Superintendente Regional Substituto

5ª SR – CODEVASF - ALAGOAS